Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 13 de setembro de 2024
Ano CVII ● Número 29.695
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

ALMIRANTE ALFREDO KARAM

Ex-ministro cuja história se cruza com a da Marinha do Brasil. Por Paulo Alonso, **página 2**

ÁREA VIP DO ROCK IN RIO

Festival começa nesta sexta-feira e promete experiência única. Por Bayard Boiteux, **página 3**

ALERJ FAZ AUDIÊNCIA SOBRE TRENS

Comissão de Transportes discute problemas na SuperVia. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

Barril de petróleo emplaca segundo dia seguido de alta

Depois de uma terça-feira de forte queda, os preços do petróleo se recuperaram e marcaram segundo dia de avanço nesta quinta-feira. O contrato do West Texas Intermediate (WTI) para entrega em outubro aumentou 2,47%, para fechar em US$ 68,97 o barril na New York Mercantile Exchange. O contrato de petróleo tipo Brent para entrega em novembro subiu 1,93%, para fechar em US$ 71,97 o barril na London ICE Futures Exchange.

Apesar da melhora dos preços no exterior, as ações da Petrobras não se recuperaram. O papel PETR3 fechou em queda de 1,17%, a R$ 40,49. O PETR4 caiu 1,13%, para R$ 36,87. O banco Goldman Sachs cortou o preço-alvo dos recibos de ação (ADRs) negociados na Bolsa de Nova York de US$ 18,10 para US$ 15,40, devido à queda dos preços internacionais do petróleo este ano.

BCE reduz juros novamente devido à queda na inflação

O Banco Central Europeu (BCE) anunciou nesta quinta-feira novo corte nas principais taxas de juros, marcando sua segunda redução este ano, após uma mudança em junho, sem nenhuma indicação do caminho futuro da taxa.

Em um comunicado à imprensa, o BCE anunciou que decidiu reduzir a taxa de facilidade de depósito em 0,25 ponto percentual (pp), para 3,5%, devido à inflação em declínio. Esta decisão segue o corte de taxa do banco em junho, em igual percentual, que marcou sua primeira redução em cinco anos.

O mercado espera que esta mudança facilite as condições de financiamento para famílias e empresas na zona do euro.

"Com base na avaliação atualizada do Conselho do BCE sobre a perspectiva de inflação, a dinâmica da inflação subjacente e a força da transmissão da política monetária, agora é apropriado dar outro passo para moderar o grau de restrição da política monetária", disse o banco.

De acordo com o spread estabelecido pelo BCE entre as três principais taxas de juros, as taxas para as principais operações de refinanciamento e a facilidade de empréstimo marginal serão reduzidas para 3,65% e 3,90%, respectivamente, após o corte na taxa da facilidade de depósito.

Setor privado atinge 44,4 milhões de empregos em 2023

Maior salário médio foi na indústria, acima de R$ 4 mil

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou nesta quinta-feira, em Brasília, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2023, revelando que o estoque de empregos formais no setor privado totalizou 44.469.011 vínculos ativos em 31 de dezembro. Esse número representa um aumento de 1.511.203 vínculos (+3,5%) em relação a 2022, quando foram registrados 42.957.808 vínculos. Os dados completos, incluindo o setor público, serão divulgados no quarto trimestre de 2024.

Segundo a Rais, a remuneração média no setor privado em 2023 foi de R$ 3.514,24, com a maior média salarial registrada na Indústria (R$ 4.181,51), seguida pelo setor de Serviços (R$ 3.714,88).

Todos os principais setores econômicos apresentaram crescimento em 2023. A Construção Civil liderou com um aumento de 6,8% (+181.588 vínculos), seguida pelo setor de Serviços, que adicionou 962.877 vínculos (+4,8%). O Comércio cresceu 2,1% (+212.543 vínculos), a Agropecuária 1,9% (+33.842 vínculos), e a Indústria registrou um incremento de 121.318 vínculos (+1,4%). As Indústrias Extrativas também se destacaram com um aumento de 5,7% (+14.632 vínculos).

A maior concentração de empregos formais permaneceu na região Sudeste, que detém 51,2% dos vínculos, seguida pelo Sul (18,4%) e Nordeste (16,4%). No entanto, as regiões Norte (+5,4%), Nordeste (+4,2%), e Centro-Oeste (+4,2%) registraram o maior crescimento percentual. O Piauí teve o maior crescimento relativo entre os estados, com um aumento de 7,3%, seguido por Amapá (+6,8%), Tocantins (+6,6%) e Roraima (+6,3%).

Joaquín Hernández/Xinhua

Chanceler cubano, Bruno Rodríguez, denuncia os EUA

Bloqueio dos EUA causou danos a Cuba de US$ 1,5 tri em 6 décadas

Valor equivale a quase 15x o PIB cubano

O governo cubano reiterou nesta quinta-feira a denúncia contra os Estados Unidos pela aplicação durante mais de seis décadas de um bloqueio contra a ilha. "A preços correntes, os danos acumulados do bloqueio nestas seis décadas ascendem à cifra astronômica de US$ 164,14 bilhões", sublinhou o ministro cubano de Relações Exteriores, Bruno Rodríguez.

Levando em conta a atual desvalorização do dólar face ao ouro, este valor de danos subiria para mais de US$ 1,499 trilhão. Se esta política hostil dos EUA não existisse, o Produto Interno Bruto (PIB, indicador da economia de um país) de Cuba em 2023 poderia ter crescido cerca de 8%.

O PIB cubano somava US$ 107,3 milhões em 2020 (último dado disponível no Banco Mundial). Isso significa que o bloqueio dos EUA causou prejuízos equivalentes a quase 15 vezes o PIB da ilha.

Cuba, que atravessa uma crise econômica, sofreu uma queda acentuada de 11% do PIB em 2020, devido à pandemia, para crescer 1,3% no ano seguinte e 2% em 2022, mas sofreu uma contração de 2% em 2023.

A denúncia consta do relatório "Necessidade de acabar com o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba", apresentado pelo ministro cubano. O texto, que Havana apresenta todos os anos, responde a um projeto de resolução que deverá ser discutido no final do próximo mês pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Somente entre março de 2023 e fevereiro passado – portanto, em 12 meses – o bloqueio imposto pelos EUA causou danos a Cuba de mais de US$ 5 bilhões, o que significa um aumento de quase US$ 200 milhões em relação ao período anterior.

Vendas no varejo em julho surpreendem com +0,6%

As vendas no comércio varejista no Brasil voltaram a crescer em julho, após queda em junho. O aumento foi de 0,6%, recuperando parte da perda de 0,9% do mês anterior. No ano, de janeiro a julho o varejo acumula alta de 5,1%. Já nos últimos 12 meses, o acumulado é de 3,7%. Na comparação com julho de 2023, o setor cresceu 4,4%, marcando a 14ª. alta consecutiva. Os dados são da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada hoje pelo IBGE.

"Houve um crescimento nos cinco primeiros meses do ano que levou a uma condição de patamar bem alto, o maior da série histórica da PMC, em maio. Teve a queda de junho, mas a recuperação de julho é um ajuste nessa trajetória", explica Cristiano Santos, gerente da pesquisa. Com a recuperação, o patamar do varejo em julho ficou 0,3% abaixo do recorde, de maio.

"Trata-se de uma reabilitação espalhada entre as atividades, com cinco setores apontando crescimento com consistência", aponta o pesquisador..

Os dados surpreenderam positivamente o mercado. "Esse crescimento superou as expectativas e reflete um ambiente de consumo mais robusto, especialmente impulsionado por categorias de bens não duráveis e semiduráveis. Apesar do cenário positivo, a recuperação do setor ainda enfrenta desafios, com foco nos impactos de políticas monetárias e no comportamento da inflação", explica Sidney Lima, analista CNPI da Ouro Preto Investimentos.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,6514
Dólar Turismo	R$ 5,8630
Euro	R$ 6,2371
Iuan	R$ 0,7900
Ouro (gr)	R$ 450,89

ÍNDICES

IGP-M	0,29% (agosto)
	0,61% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	13,25%
Hot Money	-

Almirante Alfredo Karam, o grande Homem do Mar

Por Paulo Alonso

O Brasil se despediu, no último domingo, dia 8 de setembro, do almirante-de-esquadra Alfredo Karam, aos 99 anos, ministro da Marinha (1984-1985), do Governo João Figueiredo, em cerimônias marcadas por grande emoção no Comando do Primeiro Distrito Naval, no Centro do Rio.

Depois de rezada a Santa Missa, o militar recebeu as honras militares, na presença do ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, vindo de Brasília especialmente para esse ato; do comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Marcos Sampaio Olsen; de todos os ex-ministros e comandantes da Marinha; de praticamente todo o almirantado e de oficiais generais do Exército e da Força Aérea Brasileira, além da sua viúva, Elizabeth, e de uma legião de amigos.

O salão nobre ficou pequeno, para tantas, justas e merecidas homenagens a esse marinheiro que dedicou mais de 80 anos da sua vida à Força Naval, com raro brilho, visão de futuro, inteligência, disciplina imensa, responsabilidade e o dever maior para com o Brasil.

A biografia de Alfredo Karam, filho da brasileira Fouad Karam e de Latife Jabor Karam, tenente do Exército libanês, se cruza com as histórias do Brasil e da Marinha. A mais recente delas aconteceu em março deste ano, quando Karam assistiu ao lançamento da terceira unidade do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, o *Tonelero* (S-42), no Complexo Naval de Itaguaí, na presença do presidente Lula, que fez questão de saudá-lo pela passagem do seu aniversário que ocorreria no dia seguinte, sendo vivamente aplaudido.

Na realidade, Karam presenciou um novo marco para o Brasil, que apresentou naquele dia à sociedade um submarino totalmente construído em território nacional. Foi, certamente, uma experiência bem diferente daquela de quando o então capitão de mar-e-guerra Karam comandou a Comissão de Fiscalização e Recebimento de Submarinos, no início da década de 1970, na gestão do então ministro da Marinha, Adalberto de Barros Nunes (1905-1984), que reaparelhou a Marinha do Brasil em sua profícua gestão.

Karam presidia o grupo encarregado de acompanhar a construção dos submarinos da Classe "Oberon", na Inglaterra, dentre os quais, o primeiro a ser batizado de *Tonelero* (S-21). Era também algo histórico para a época, já que o propósito era renovar a frota, formada, em sua maioria, por modelos veteranos da Segunda Guerra Mundial. A satisfação de Karam, ao testemunhar aquele momento, foi observada pelos colegas de farda e pelas palavras por ele proferidas. Os seus olhos brilhavam!

No segundo maior conflito da história da humanidade, o Brasil contava com poucos submarinos, que eram de origem italiana: o *Tupy*, o *Tymbira* e o *Tamoyo*, da Classe "Perla", com cerca de 60 metros de comprimento, e o *Humaytá*, da Classe "Balilla", com quase de 90 metros. Pouco faziam frente aos mais de 1.500 submersíveis alemães, que tanto prejuízo causaram às Marinhas Mercantes dos Aliados. Karam ainda era aspirante na Escola Naval quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo, após ter seis navios comerciais afundados por um único submarino alemão.

"Confesso que eu e meus colegas de turma estávamos acompanhando as notícias que vinham pelo rádio. Em se tratando do Estado de Guerra que o Brasil se encontrava, os guardas-marinha não tiveram viagem de instrução. Em uma semana, foram apresentados à Diretoria de Pessoal, que os designou para os diferentes navios."

Karam serviu, primeiramente, na corveta *Jaceguai*, da Força Naval do Sul, e, em seguida, no contratorpedeiro de escolta *Bauru*, da Força Naval do Nordeste. "A missão principal da Esquadra brasileira era patrulhar o Atlântico Sul", disse-me ele, naquela tarde de agosto do ano passado e que se estenderia até a noite e que seria também o nosso último encontro pessoal, quando conversamos sobre a Marinha, o progresso naval, situações havidas no decorrer da sua vitoriosa carreira e a amizade que nos unia desde sempre, por razões familiares.

Ser submarinista sempre foi um sonho para Karam, que, ainda garoto, na década de 1940, teve a oportunidade de visitar os submarinos docados no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, antiga Capital Federal. Foi quando, aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro, participou do lançamento do contratorpedeiro Marcílio Dias. "Acabada a cerimônia, viemos andando pelo cais e, na Doca 11 de Junho, estavam atracados três submarinos. Eu visitei dois: o *Humaytá*, que também estava lá e era maior, e o *Tupy*. Ainda me lembro disso. Percorri aquilo tudo e saí fascinado", relembrou ele, em nosso encontro, contando detalhes sobre essas visitas, como se estivesse revivendo aquele momento, com grande emoção e saudosismo.

Quando foi promovido a primeiro-tenente e pôde escolher sua especialidade, não teve dúvidas: "Quero ser submarinista. E foi assim que eu ingressei em Mocanguê Grande pela primeira vez", lembrou, ainda, referindo-se à ilha onde estavam sediadas a Flotilha de Submarinos e a Escola de Submarinos naquela época. Depois de embarcar no *Tymbira*, foi designado, com outros oficiais submarinistas, para um curso de especialização na cidade de New London, nos Estados Unidos. "Do curso, embarquei quatro meses e meio em um submarino americano. Sablefish! Embarquei lá e recebi o brevê americano. Fui qualificado submarinista americano", recordou também, com indisfarçável orgulho.

Karam exerceu diversos cargos na arma de Marinha de Guerra, tais como: comandante do Primeiro e Sexto Distritos Navais; diretor-geral do Pessoal da Marinha; e chefe do Estado-Maior da Armada. Em sua administração, foram criados o Instituto Nacional do Estudo do Mar, atual Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira, e o Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga, além de concluir as obras de reestruturação da Estação Naval do Rio de Janeiro, do novo Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão e do Centro Hiperbárico na Base Almirante Castro e Silva.

Seu primeiro comando, como capitão-tenente, foi no caça-submarino *Grajaú*, um dos oito construídos com casco de madeira e doados pelos Estados Unidos, que ficaram conhecidos como "caça-pau". No ano seguinte, em 1956, o então capitão de corveta Karam tomou conhecimento de que a Marinha receberia dois submarinos americanos da Classe "Fleet Type". Mais do que depressa, redigiu um compilado sobre essas unidades. Esse material lhe rendeu uma nova viagem para os Estados Unidos, onde integrou a Comissão de Recebimento de Submarinos, sendo responsável pela instrução das futuras tripulações. Esta foi a segunda comissão de que participou no exterior, relacionada a submarinos, quando o País recebeu os submarinos *Riachuelo* e *Humaitá*, antigos USS *Paddle* e USS *Muskallunge*. Houve ainda uma terceira, na Inglaterra, quando foi recebido, inclusive, pela Rainha Elizabeth II.

Carioca, morador da Tijuca, fez o curso primário no Colégio Santa Teresa de Jesus, no Largo da Segunda-Feira, e o secundário no Colégio Militar. Já na Escola Naval, em 1941, assentou praça de aspirante, formando-se em 1945 com o posto de guarda-marinha, ainda neste ano fez o curso de tática antissubmarinos.

Nos Estados Unidos especializou-se em submarinos na United States Navy Submarine School, em New London, em 1953. Logo após, de volta ao Brasil, serviu na Frota de Submarinos e na Base Almirante Castro e Silva, em Niterói. Em 1960, fez o curso básico de comando na Escola de Guerra Naval.

Alfredo Karam foi promovido a contra-almirante em 1973, continuando à frente da Força de Submarinos até 1975, quando foi nomeado comandante da Força de Transporte da Marinha. Já em 1976 recebeu a patente de vice-almirante, no ano seguinte é nomeado chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais. É promovido a almirante-de-esquadra e eleito presidente do Clube Naval, em 1981.

No início do ano de 1984, Karam toma posse na chefia do Estado-Maior da Armada; meses depois, deixa essa chefia para assumir a pasta de ministro de Estado da Marinha, em março de 1984. Karam tornou-se ministro após a demissão do almirante-de-esquadra Maximiano da Fonseca, em um episódio que se processou quando da campanha conhecida como Diretas Já, pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, às quais Maximiano declarou-se favorável.

Se na sua carreira ele foi tido como um grande militar naval e reverenciado pelos colegas, até o final da sua vida, na vida particular Karam viveu dramas e tragédias que o fizeram sofrer muito, mas jamais sem se deixar abater ou se tornar depressivo. Casou-se com Lydiane (1929-2001), filha do almirante Pontes, com quem teve quatro filhos: Mario, 1951; Alfredo (1959-2009), Guilherme (1957-2016) e Luciana (1960-2023).

Tanto a mulher como os filhos morreram vitimados por uma síndrome, incurável e que vai tomando conta dos movimentos e da própria fala até levar à óbito. Enterrou todos eles, e eu estive em alguns desses tristes momentos, levando o meu abraço fraterno, retribuindo, assim, toda a amizade que ele sempre me dedicou, estando presente, para minha honra, em momentos importantes da minha trajetória profissional.

Alfredo Karam deixou quatro netos, e três deles já apresentam a mesma doença, por ser hereditária e vinda por parte da mãe. No enterro do Guilherme Karam, notável ator, esteve novamente ao seu lado, quando ele, ao baixar o caixão do filho, disse, com voz firme, mas extremamente entristecido, nas presenças dos amigos de Guilherme, Miguel Falabella, Diogo Vilela, Silvia Pfeifer e Lizandra Souto, entre oficiais da Marinha, "além dos meus pais que aqui enterrei, da minha mulher, estou, agora, enterrando o meu terceiro filho, e a Luciana está também mal." Ela duraria mais algum tempo, mas acabou falecendo no ano passado.

Felizmente, e diante de tragédia tão sofrida, tão desastrosa e tão pesada, Alfredo Karam encontrou em Beth a mulher e a companhia que o incentivava e que lhe dava alegria e ânimo, além de coragem para suportar tantas desventuras familiares, com quem foi casado nas últimas décadas da sua vida e que foi uma companheira extraordinária nos seus momentos finais, quando contraiu pneumonia. Karam próprio repetia e sempre: "Beth é a alegria da minha vida e muito devo a essa mulher fantástica." Teve também, ao seu lado, o apoio permanente do genro, Paulo Carneiro Santiago, oficial da Marinha, e viúvo da sua filha Luciana.

O Ministério da Defesa, por seu ministro José Múcio, em nota, lamentou o falecimento do almirante-de-esquadra (RM 1) Alfredo Karam. "Uma vida profundamente produtiva e pontuada de realizações na Marinha do Brasil é o grande legado de seu antigo ministro. Karam nos deixa, mas fica o exemplo de serenidade e o vibrante espírito de sentinela dos mares, portador do fogo sagrado, que tão bem caracteriza o verdadeiro marinheiro. Karam teve uma intensa e vibrante carreira militar. Com profundo pesar, o Ministério da Defesa manifesta as condolências à família, ao mesmo tempo em que reconhece sua inestimável contribuição ao País."

E assim, muito tristes, eu e Claudia, e uma infinidade de amigos civis e militares, nos despedimos do tão querido amigo Alfredo Karam, em uma cerimônia marcante, emotiva respeitosa e digna ao grande Homem do Mar.

Saudade eterna, meu Almirante, e até breve. Gratidão por tudo.

Paulo Alonso é jornalista.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Área VIP do Rock in Rio

Com ingresso digital e biometria facial, a área VIP promete, no aniversário de 40 anos do Rock in Rio, uma experiência única. A área oferece serviço do buffet Capim Santo e bebidas all inclusive, além de uma vista privilegiada para o Palco Mundo.

Joias inspiradas na cultura afro-brasileira

"Mais do que simples acessórios, quando alguém usa uma de nossas joias, leva consigo um símbolo de força e ancestralidade", afirma o designer Diego de Oxóssi. Conhecido como o joalheiro dos Orixás, com loja recém-inaugurada em São Paulo, espera-se que inspire outras iniciativas criativas que respeitem a diversidade no mundo do luxo.

Falta de liberdade total

O Governo da Nicarágua promete punir com prisão e multas quem fizer publicações nas redes sociais contra o governo. Chamada de "Lei da Mordaça", promete ser mais um instrumento para reprimir descontentes com o regime.

Ótimo desempenho de Kamala Harris

A democrata Kamala Harris demonstrou sua força no debate com Trump, organizado pela ABC News. Calma e com propostas objetivas, fez com que o oponente se mostrasse raivoso e utilizasse fake news, desmentidas pelos moderadores duas vezes, sobre imigração.

Omissão de cônsules no Rio

Há muitas reclamações sobre o atual Corpo Consular sediado no Rio. Recebem convites e não respondem. Alguns, inclusive, criaram bolhas em seus relacionamentos. Ainda bem que temos exemplos de interação como os do México, Bélgica, República Dominicana, Angola, Suíça e China, para citar alguns.

Macaé

Após Vassouras, os Embaixadores de Turismo do RJ vão visitar Macaé, em janeiro. A visita está sendo organizada com o apoio do Portal RoTas RJ, da jornalista Monalisa Fagundes.

Livro infantil

Cidda Alves Schmidt lança, no próximo dia 5 de outubro, na Unifacha, em Botafogo, o livro *A Criança Mágica Amiga*, que aborda sentimentos importantes como amizade e autoconhecimento.

Emenda Pix

Muito polêmico o projeto da Alerj que institui as emendas Pix, sancionado com uma velocidade ímpar pelo Executivo. Os eleitores demandam transparência e acompanhamento.

Frase da semana

"Há pessoas que nos deixam e nem sentimos. Estavam em nossas vidas sem nenhum significado. Nos deixam mais leves e verdadeiros." – *Bayard do Coutto Boiteux*

MP denuncia sete por rachadinha no gabinete de Carlos Bolsonaro

Promotoria, entretanto, arquivou investigação contra o vereador

A 3ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada da Capital, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ), ofereceu denúncia, no dia 5 deste mês, contra sete pessoas, entre elas funcionários e ex-funcionários da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. A acusação envolve um esquema de corrupção, conhecido como "rachadinha", no gabinete do vereador Carlos Bolsonaro (PL), entre 2005 e 2021.

Segundo o Ministério Público do Rio, Jorge Luiz Fernandes, que exercia o cargo de chefe de gabinete do vereador, com apoio de outros seis denunciados, teria criado a "rachadinha", prática na qual parte dos salários dos assessores é desviada para o líder do esquema.

De acordo com a investigação do procedimento investigatório criminal (PIC), o grupo era composto por Juciara da Conceição Raimundo da Cunha, Alexander Florindo Baptista Junior, Thiago Medeiros da Silva, José Francisco dos Santos, Andrea Cristina da Cruz Martins e Regina Célia Sobral Fernandes, além de Jorge Fernandes. Todos os envolvidos foram nomeados para cargos de assessoria no gabinete de Carlos Bolsonaro durante o período investigado.

O MP-RJ informou que o denunciado Jorge Fernandes, utilizando sua influência e proximidade com a "família Bolsonaro", conseguiu a nomeação dos demais acusados, que repassavam parte de seus vencimentos a ele. O esquema teria resultado em um desvio de pelo menos R$ 1,7 milhão. A denúncia destaca que Jorge Fernandes era o líder do grupo e que utilizava uma conta bancária específica para gerenciar os valores desviados. O caso segue agora para apreciação na 1ª Vara Criminal Especializada da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, onde os acusados serão ouvidos para apresentar defesa.

A 3ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Especializada da Capital concluiu que não há indícios suficientes para sustentar a acusação de prática criminosa contra o vereador Carlos Bolsonaro no suposto esquema de "rachadinha" em seu gabinete. De acordo com o documento, a decisão de arquivar o procedimento investigatório criminal, neste caso, foi baseada na falta de provas que indicassem movimentações financeiras irregulares para as contas do parlamentar ou pagamentos relacionados.

No pedido de arquivamento, a Promotoria de Justiça esclareceu que a atuação criminal só é possível quando a conduta se enquadra em uma infração penal prevista na legislação especial ou no Código Penal. "Embora existam indícios de que os assessores não cumpriam corretamente a jornada de trabalho, sem a devida prestação de serviços, não foi possível identificar nenhum indício de crime, apenas uma infração administrativa, o que torna os fatos atípicos do ponto de vista penal."

Direitos trabalhistas de terceirizados do serviço público

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, assinaram na tarde desta quarta-feira no Palácio do Planalto decreto que dispõe sobre as garantias trabalhistas que deverão ser observadas nos contratos realizados com a administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Com isso, o governo federal garante direitos trabalhistas dos terceirizados que trabalham na administração pública, evitando a precarização do trabalho. De acordo com o MGI, atualmente são 73 mil pessoas que trabalham como terceirizados no serviço público.

"Os terceirizados merecem ser tratados com respeito, ter seus direitos assegurados", disse Lula, que ano passado tinha questionado os motivos dos terceirizados não usufruírem do direito ao recesso de final de ano como todos os funcionários da administração federal. Em dezembro do ano passado, Lula solicitou que a administração pública estabelecesse regras para garantir direitos aos trabalhadores terceirizados. A partir disso, o MTE e o MGI, junto com a Advocacia-Geral da União e a Controladoria-Geral da União, construíram as novas regras que deverão ser cumpridas pelas empresas terceirizadas a partir de agora.

O decreto será publicado no *Diário Oficial da União* desta quinta-feira. Ao relatar os pontos importantes do decreto, a ministra Esther Dweck ressaltou que "o presidente Lula, desde o ano passado, pediu para que tivéssemos um tratamento digno aos trabalhadores terceirizados". A presidente do Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizáveis do DF (Sindiserviços) Maria Isabel Caetano, presente ao evento, elogiou as medidas do decreto. "Uma vitória para os trabalhadores, o Brasil voltou a sorrir", afirmou. O evento contou também com a participação do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, e o ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Carvalho.

Outro ponto é a carga horária de trabalho. Atualmente, os terceirizados trabalham 44 horas semanais, conforme acordos coletivos e convenções da categoria. O decreto permite a adequação da carga horária conforme o funcionamento do órgão, visando maior flexibilidade. Com isso, o trabalhador poderá fazer 40 horas semanais sem redução de salários em determinados serviços que ainda serão especificados. A ideia é alinhar a carga horária dos terceirizados com a realidade de órgãos que não funcionam nos finais de semana, evitando a sobrecarga diária. Recessos e férias também entraram nas novas regras. Os terceirizados poderão ter recessos de final de ano mediante compensação da jornada e maior previsibilidade em relação às férias.

ARARAQUARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
CNPJ sob nº 10.542.659/0001-23 / NIRE 33.3.0028936-4
DECLARAÇÃO

ARARAQUARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, sociedade com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 955, 13º andar, sala 1301 (parte), Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 10.542.659/0001-23, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA sob o NIRE 33.3.0028936-4, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, DECLARA para todos os fins de direito, que se encontra extraviado o seguinte livro societário da Companhia: "Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº 2". A sociedade requer que esta D. JUCERJA conceda autorização para emissão e autenticação de novo livro societário.

Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2024.
ARARAQUARA TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
Ramon Sade Haddad - CPF: 284.517.086-68 - Diretor Presidente
Changwei Chen - CPF: 063.724.697-74 - Diretor

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SISEP RIO
CNPJ/MF 32.325.169/0001-08
(ART. 20 PARTE FINAL, ART. 20 § PRIMEIRO, C/C ART. 27 DO ESTATUTO)
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - SISEP-Rio, no uso de suas atribuições, convoca os filiados quites com suas obrigações estatutárias para assembleia geral do SISEP RIO, a ser realizada no dia 20 de setembro de 2024 às 15:30 h. A Assembleia Geral ocorrerá na sede do SISEP RIO, situado na Rua Senador Dantas, 71 grupo 1804/1805/1806, centro Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 20031-202, tendo como objetivo deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Alteração Estatutária - Art. 1º e Art. 13 inciso VII do Estatuto; Justificativas: - Art. 1º- Mudança de Endereço – exigência do RCPJ e adequação as necessidades da entidade; - Art. 13º VII - Pagamento de Contribuição – Ausência de Gerência na Folha de Pagamento da Municipalidade - adequação as necessidades da entidade. 2) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 2024.

VALDIR DE MELLO - CPF/MF 334.662.207-00
Presidente do SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO SISEP RIO
CNPJ/MF 32.325.169/0001-08

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISO DE LEILÃO

O **DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia 01 de outubro de 2024 às 10h00min, no auditório do DETRO, situado à Rua Uruguaiana, 118 - 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará o leilão **RPCDETROPCERJ08-24**, na forma online e presencial, dos veículos apreendidos ou removidos a qualquer título, classificados como conservados e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data do recolhimento, conforme Portaria DETRO/PRES nº 1537 de 04 de agosto de 2020, tendo como leiloeira a Sra. ELIZABETH CHRISTINA AMORIM DE ALMEIDA, devidamente matriculada na JUCERJA sob o nº 317. A cópia do edital poderá ser consultada através dos sites **www.detro.rj.gov.br / www.consorcioriopparkingcarioca.com.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA COPERABAN
CNPJ 16.979.658/0001-27 / NIRE 33.4.0005214-5

O Diretor Presidente da COOPERATIVA COPERABAN - COOPERTATIVA DE CONSUMO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os Cooperados Associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em nossa sede no **dia 28 de setembro de 2024**, em primeira convocação às **09h00min** com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Cooperados Associados, em segunda às 10h00min com metade mais 01 (um) do número total de Cooperados Associados e em terceira e última às 11h00min Convocação com a presença mínima de 10 (dez) Cooperados Associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Entrada de Novos Cooperados; 2. Saída de Cooperados Associados; 3. Extinção de Cargos na Diretoria; 4. Reforma Estatutária; 5. Eleição do Novo Mandato da Diretoria. Rio de Janeiro/RJ, 13 de setembro de 2024.

WELLINGTON CARVALHO GUIMARÃES
DIRETOR PRESIDENTE

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Comissão de Transportes da Alerj faz audiência pública sobre trens

O deputado Dionísio Lins (PP), presidente da Comissão de Transportes da Alerj, não paralisou os trabalhos da comissão por causa das eleições municipais. Ele chegou a promover uma audiência pública com representantes da SuperVia sobre os atrasos dos trens e problemas nos ramais da concessionária para a Zona Oeste do Rio e Baixada Fluminense. Mas Dionísio também não descuida da campanha pela reeleição de sua esposa, a vereadora pela Capital, Vera Lins (PP).

Prefeito homenageado

O prefeito de Italva, Leonardo Orato Rangel, o Léo Pelanca, foi homenageado na Alerj com a Medalha Tiradentes, principal honraria da Casa. O autor do projeto de lei que concedeu a medalha, deputado Thiago Rangel (PMB), não poupou elogios ao homenageado. Juntaram-se a ele os deputados Jair Bittencourt (PL) e Anderson Moraes (PL).

Lei de cotas

O deputado Delegado Carlos Augusto (PL) está propondo uma alteração na Lei de Cotas para Ingresso nas Universidades do Estado do Rio de Janeiro. Ele quer incluir como beneficiários os filhos dos servidores da área de Segurança Pública que tiveram seus pais mortos ou incapacitados em razão do serviço. O projeto de lei apresentado por ele na Alerj inclui filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e servidores da área de ações socioeducativas.

Mais livros em braille

As bibliotecas públicas do Estado do Rio de Janeiro poderão ser obrigadas a oferecer, em braille, pelo menos um exemplar de diversas obras. A determinação é do projeto de lei assinado pelo deputado Rosenverg Reis (MDB). Dentre as obras que poderão ter obrigatoriamente exemplares em braille estão: Constituição Federal e Constituição Estadual, Código Eleitoral, Estatuto do Idoso, Código de Defesa do Consumidor, Lei Maria da Penha e Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre outras.

Controle de merenda

O deputado Alan Lopes quer que o Governo do Estado instale câmeras com tecnologia de reconhecimento facial (TRF) nas escolas. A medida certamente contribuiria para melhorar a segurança dos alunos e professores. Mas o objetivo do deputado não é esse. Segundo a proposta, as câmeras vão ajudar no gerenciamento do quantitativo da merenda escolar a ser servida nas unidades. Ah, tá!

Cerca de 600 mil pessoas devem visitar Bienal do Livro

Cerca de 600 mil visitantes são esperados na 27ª edição da Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que começou na sexta-feira e vai até domingo, no Distrito Anhembi. Com o lema "Quem lê faz grandes amigos", o evento tem a presença de 83 autores nacionais e 33 internacionais. Entre as novidades desta edição está o foco nos autores e na produção literária nacional.

"O que nós queremos é que todos os autores e autoras, os consagrados e os contemporâneos tenham um espaço na Bienal e possam apresentar seu trabalho, sua literatura, independente do gênero literário e das faixas etárias, porque a bienal é o momento de nós mostrarmos para os visitantes e para o país toda a produção literária que é feita no Brasil", destacou a presidente Câmara Brasileira do Livro, Sevani de Matos Oliveira.

Além disso, há o Espaço Infância renovado, onde as crianças poderão ter seu primeiro contato com o livro. Aquelas que já tiveram poderão conhecer livros novos, interagir com autores e assistir à contação de histórias. "Nós temos um totem que monta uma historinha, então a criança pode escolher seus personagens. Tudo isso é uma forma lúdica de motivar as crianças a continuarem a ler porque eles são os leitores do futuro", disse Sevani. Há ainda o Espaço Educação, que é novo, onde os profissionais da educação têm uma programação oficial para discutir o tema.

Ao todo são 13 espaços diferentes, incluindo um estande de homenagem a Ziraldo, autor do livro O Menino Maluquinho, que morreu em abril, aos 91 anos. O espaço é interativo, e as pessoas podem desenhar e pintar os personagens do autor. "Ali há uma pequena amostra de como ele desenhava, de como ele pedia para ser colorido e podem participar pessoas de todas as idades", explicou a presidente.

Outro destaque, com 300 m², é dedicado à Colômbia. Ali os visitantes podem conhecer os autores e autoras colombianos e suas obras. "O estande traz uma exposição sobre o ciclo da borracha na Amazônia, porque o Brasil e a Colômbia dividem o território amazônico. Foi feito um trabalho de pesquisa lindo com recuperação de imagens de mais de um século. Esse filme é exibido diariamente e mostra como foi o ciclo da borracha. Vale a visita", disse Sevani.

Um dos pontos importantes da bienal é a visita de professores e alunos tanto da rede pública quanto da privada. Segundo Sevani, são esperados em todos os dias da feira mais de 90 mil alunos que se inscreveram. "Essa visitas são importantes porque, no caso dos pequenos, eles começam a ter o contato com o mundo dos livros. E os adolescentes já podem escolher o que eles gostam, conhecer o que tem no mercado, encontrar o autor, pegar autógrafo quando o autor está na programação do dia."

Para a presidente Câmara Brasileira do Livro, estar na bienal também é uma forma de as crianças e adolescentes fazerem novas amizades e interagirem dentro do ambiente de literatura e festa. "A visitação é importante porque descobrir o mundo dos livros, descobrir quantos livros, a blibliodiversidade, os personagens, encanta. Uma visitação dessa é uma motivação para que eles continuem a ler", reforçou Sevani Oliveira.

Rio estabelece substituição tributária para alimentos e bebidas

A nova regulamentação relacionada ao regime de substituição tributária para produtos dos setores de bebidas e alimentos foi definida no Rio de Janeiro pelo Decreto nº 49.128/2024, pelo Governo do Estado. A mudança aplica-se a partir do segundo semestre deste ano a uma série de produtos, que incluem: água Mineral (gasosa ou não), natural ou potável envasada; leite; laticínios e correlatos; vinho, Vermute, Aguardente, Licor, Uísque e outras bebidas destiladas ou fermentadas. Para o especialista em inteligência tributária e diretor da Mix Fiscal, Fabrício Tonegutti, este novo decreto impacta diretamente a forma como as operações nos mercados ou estabelecimentos que vendem estes produtos serão conduzidas, especificamente para produtos fabricados dentro do estado.

Tonegutti explica que os donos de mercado e atacarejos podem ter um aumento da margem de lucro devido ao novo decreto. "O preço poderia diminuir, mas, na prática, os vendedores optam por manter os preços e, com isso, usufruir de uma margem maior. Se a retirada da substituição tributária se aplicasse apenas aos produtos produzidos no Rio de Janeiro, os estabelecimentos varejistas, ao venderem produtos ao consumidor final, pagariam 20% de ICMS nos produtos produzidos no RJ e 12% quando da venda interna de produtos produzidos em outros estados do país", pontua.

O decreto é restrito apenas para as mercadorias produzidas por cachaçarias, alambiques ou estabelecimentos industriais localizados dentro do Estado do Rio de Janeiro estão sujeitas a esta suspensão. As mercadorias produzidas fora do Estado do Rio de Janeiro, o regime de substituição tributária permanece inalterado e continua a ser aplicado como anteriormente.

"A decisão restaura a isonomia tributária entre os estados produtores, já que resolve a distorção criada entre a manutenção da substituição tributária para os produtos de fora. Caso contrário, haveria a manutenção de um tratamento tributário diferenciado de acordo com o estado em que o produto foi fabricado", conclui Tonegutti.

Luz: bandeira vermelha leva consumidor a utilizar baterias como alternativa

O anúncio de aumento na conta de luz dos brasileiros para este mês de setembro reacendeu a preocupação dos consumidores brasileiros com a segurança de suprimento de eletricidade energética e a blindagem contra a inflação energética no país. Com queda de cerca de 85% no preço das baterias no mercado internacional, os sistemas de armazenamento passam a ser considerados um necessário e atrativo investimento em residências, comércios, indústrias e propriedades rurais.

A avaliação é da especialista Sophia Costa, head de novos negócios da Holu, fornecedora de soluções de comercialização e instalação de sistemas de energia solar e tecnologias sustentáveis no Brasil. Segundo a executiva, projeções de analistas de mercado indicam que o setor de baterias de lítio no Brasil deve crescer a uma taxa composta anual (CAGR) entre 20% e 30% até 2030.

"Observamos que o mercado de sistemas de armazenamento de energia por baterias (BESS) está em plena ascensão global, com o uso de baterias de íons de lítio consolidando-se como uma realidade em diversas partes do mundo. Atualmente, estima-se que mais de 2 milhões de baterias já estejam instaladas em residências, com destaque para países como Estados Unidos, Alemanha e Austrália. A chegada dessa tecnologia ao Brasil era apenas uma questão de tempo", comenta.

"Nos próximos anos, tanto residências quanto empresas brasileiras adotarão esses sistemas em larga escala, impulsionados pela busca por maior segurança energética, sustentabilidade e independência das redes elétricas tradicionais", acrescenta Sophia.

Essa tendência é corroborada pelo estudo recente da Agência Internacional de Energia (IEA), que mostra que a capacidade instalada global de armazenamento em baterias aumentou 200 gigawatts (GW) no ano passado para mais de 1 terawatt (TW) até o final da década, chegando a quase 5 TW até 2050.

A executiva da Holu lembra ainda que, aqui no Brasil, a tendência de ampliação do uso de baterias foi amplamente percebida durante a Intersolar South America, uma das maiores feiras mundiais de energia solar e tecnologias correlatas, que aconteceu em São Paulo (SP) no final de agosto, com centenas de fabricantes internacionais trazendo as novas soluções de armazenamento para o mercado brasileiro.

Na visão da especialista, a redução de preços das baterias permite que mais consumidores considerem a implantação de sistemas de armazenamento de energia, não apenas como uma solução de backup, mas também como uma forma de se blindar da inflação energética, reduzir custos e eliminar prejuízos com a falta de abastecimento.

JUÍZO DE DIREITO DA 24ª VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO EDITAL de 1º e 2º Leilão Presencial e Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, movida por CONDOMINIO DO EDIFICIO BORDALLO em face de SEBASTIÃO ANIZIO RIBEIRO, processo nº 0106086-94.2017.8.19-0001, na forma abaixo: O Dr. ERIC SCAPIM CUNHA BRANDÃO, Juiz da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a SEBASTIÃO ANIZIO RIBEIRO, que **em 24/09/24, às 12:00 hs.,** no Fórum do Rio de Janeiro, sito à Av. Erasmo Braga nº 115 – 5º Andar – hall dos elevadores da Lâmina Central – Centro – RJ e simultaneamente no site do leiloeiro, www.marioricart.lel.br, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma híbrida, não havendo licitantes no dia **26/09/24**, nos mesmos locais e hora, a quem mais oferecer acima de 60% da avaliação, na forma do art. 891 § único do NCPC, o imóvel registrado no 2º RGI, matrícula nº 43012, Rua República do Líbano, 61, 4º andar, Centro – RJ, avaliado as fls. 338/339 em 05/02/24, por R$ 30.000,00. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na íntegra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 12/09/24. Eu, João Carlos Ribeiro, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dr. ERIC SCAPIM CUNHA BRANDÃO, Juiz de Direito.

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
CNPJ/ME Nº 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5
Companhia Aberta de Capital Autorizado
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da **PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.** (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser dia 10 de outubro de 2024, às 11:00 horas (“AGE”), na sede da Companhia, localizada na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, Rio de Janeiro-RJ, a fim de deliberarem acerca das seguintes matérias: *(i) Aprovar a implementação do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado emAções Restritas, conforme diretrizes previstas no Anexo I desta Proposta; (ii) Autorizar os administradores da Companhia praticar os atos necessários à efetivação das deliberações que foremaprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária em referência.* **Informações Gerais:** Informações Gerais: Os acionistas encontrarão os documentos e informações obrigatórias, conforme previsto na Lei nº 6.404/1976 e na Instrução CVM nº 81/2022, e que são necessárias para melhor entendimento da matéria acima, além do Manual do Acionista para a AGE, disponíveis no escritório da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, no seu site (www.priner.com.br) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO (a “B3”) (www.b3.com.br). Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGE por meio de (i) voto à distância; ou (ii) presencialmente, munidos de documento de identidade com foto, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante artigo 126 da Lei 6.404/76 e Manual de Acionistas para a AGE. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei 6.404/76. As acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando, nesse caso, o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, o apostilamento de procurações, bem como a tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior. Para fins de melhor organização da AGE, a Companhia solicita, nos termos do art. 8º do estatuto social da Companhia, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na AGE com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da AGE ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da AGE, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da IN da CVM 81/22. O acionista que desejar participar da AGE por meio do sistema de votação à distância, nos termos da IN da CVM 81/22, deverá enviar o boletim de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, ao banco escriturador das ações ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual de Acionistas para a AGE e no próprio boletim.

Pedro Henrique Chermont de Miranda
Presidente do Conselho de Administração

WILSON SONS SHIPPING SERVICES LTDA.
CNPJ 33.411.794/0001-35 | NIRE 33.2.0693450-2
36ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

WILSON SONS S.A., companhia com sede na Praia de Botafogo, nº 186, 4º pavimento, sala 301, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22250-145, inscrita no CNPJ nº 33.130.691/0001-05, NIRE nº 33.3.0033743-1, representada por seus Diretores **Arnaldo Calbucci Filho,** brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da identidade nº 88.572/D - CREA/SP, CPF 035.819.038-06, e **Michael Robert Connell**, australiano, casado, contador, portador da cédula de identidade RNE n.º V542080-T, expedida pelo DPMAFRJ, inscrito no CPF sob o n.º 233.213.498-09, ambos domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 186, 4º andar, sala 301, Botafogo, CEP 22250-145, na qualidade de sócia única compondo a totalidade do capital social da sociedade empresária limitada **WILSON SONS SHIPPING SERVICES LTDA.**, sociedade limitada com sede e foro na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Rua da Quitanda, nº 86, 5º andar, sala 501, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.411.794/0001-35, NIRE/JUCERJA 33.2.0693450-2 de 14/05/2002 (“Sociedade”), resolve: **I. REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL:** 1.1. Após análise, a sócia única decidiu aprovar a redução do capital social da Sociedade com base no artigo 1.082, II, do Código Civil, em razão do mesmo ser considerado excessivo em relação ao objeto da Sociedade, reduzindo o valor total de R$ 21.278.079,00 (vinte e um milhões duzentos e setenta e oito mil e setenta e nove reais), com o respectivo cancelamento de 21.278.079 (vinte e um milhões duzentos e setenta e oito mil e setenta e nove) quotas de emissão da sociedade no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma. Em razão disto, o valor do capital social passará de R$ 22.017.350,00 (vinte e dois milhões dezessete mil e trezentos e cinquenta reais), dividido em 22.017.350 (vinte e dois milhões dezessete mil e trezentos e cinquenta) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, para R$ 739.271,00 (setecentos e trinta e nove mil e duzentos e setenta e um reais), dividido em 739.271 (setecentos e trinta e nove mil e duzentos e setenta e um) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, detidas integralmente pela sócia única Wilson Sons S.A., acima qualificada. 1.2. Diante da redução de capital social aprovada acima, a Sociedade restituirá o valor total de R$21.278.079,00 (vinte e um milhões, duzentos e setenta e oito mil e setenta e nove reais) à sócia única Wilson Sons S.A. (acima qualificada), da seguinte forma: (i) O valor correspondente a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) será restituído à sócia única mediante o pagamento em moeda corrente nacional em conta corrente a ser informada pela sócia; e (ii) O valor correspondente a R$ 1.278.079,00 (um milhão duzentos e setenta e oito mil, e setenta e nove reais) será restituído à sócia única mediante a transferência da propriedade dos imóveis de sua titularidade descritos na lista que compõe o Anexo I deste instrumento. 1.3. Em razão da deliberação acima, a Cláusula Quarta, caput, do Contrato Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***“Cláusula Quarta -** O capital social, todo integralizado, em moeda corrente do País, é de R$ 739.271,00 (setecentos e trinta e nove mil e duzentos e setenta e um reais), dividido em 739.271 (setecentos e trinta e nove mil mil e duzentos e setenta e uma) quotas, de valor nominal de R$ 1,00 (um real), detido integralmente pela sócia Wilson Sons S.A.*” Rio de Janeiro, 09 de setembro de 2024. Wilson Sons S.A. - Arnaldo Calbucci Filho - Michael Robert Connell,

MARCON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ nº 27.050.764/0001- 48 - NIRE n° 3330000927-2
Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 19 de agosto de 2024.

1 - Data, Hora e Local: No dia 19 do mês de agosto de 2024, às 16:00 horas, em atenção a convenção por correspondência, reuniram-se na sede da Companhia Av. Ayrton Senna, 2.150 - Bloco F - sala 204/parte, na cidade do Rio de Janeiro, acionistas representando a totalidade do capital social com direito ao voto e a diretoria, a fim de tomar conhecimento e deliberar sobre os assuntos constantes da ordem do dia. **2 - Convocação:** a) Apreciar e aprovar a prestação de contas e demonstrações financeiras do exercício de 2023; b) Ratificar todos os atos praticados pelos Diretores da Companhia; c) Eleição de Diretoria; d) Assuntos Gerais; **3 - Presença:** Lepeme Participações e Investimentos Ltda. CNPJ nº 32.246.183/0001-16, neste ato representada por sua sócia Flavia Raffaelli Marcolini, brasileira, casada, administradora de empresas, carteira de identidade do IFP/RJ 09.198.166-2, CPF 837.711.237-04, com endereço profissional na Av. Ayrton Senna, nº 2150, Bloco K - cobertura, nesta cidade e Vamarco Participações Administração e Empreendimentos Ltda. CNPJ nº 30.037.808/0001-04, representada por sua sócia Flavia Raffaelli Marcolini, brasileira, casada, administradora de empresas, carteira de identidade do IFP/RJ 09.198.166-2, CPF 837.711.237-04, com endereço profissional na Av. Ayrton Senna, nº 2150, Bloco K - cobertura, nesta cidade. **4 - Mesa:** presidente Fernanda Raffaelli Marcolini, CPF 837.711.407-06 e secretária Aline A. Barros Vergueiro de Paula, CPF 042.539.157-44; **5 - Deliberações Tomadas:** Por unanimidade das acionistas da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações: 5.1. Aprovar as contas e as demonstrações financeiras do exercício 2023, de conhecimento de todos os presentes, publicadas nas edições de 3, 4 e 5 de agosto de 2024 do Jornal Monitor Mercantil versão digital certificada e impressa; 5.3. Eleger, como Diretores 6a Companhia, Flavia Raffaelli Marcolini, acima qualificada, e Cláudia Maria da Costa Lamberti, brasileira, casada, contadora, carteira de identidade do IFP 06.363.944-7, CPF 751.573.227-04, com endereço profissional na Av. Ayrton Senna n° 2.150, Bloco F - saia 204-parte, nesta cidade, com mandato de um ano ou até a próxima Assembleia Geral Ordinária, cabendo a cada uma, honorários mensais de R$3.000,00 (três mu reais), que poderão ser corrigidos pelo índice do IGP/DI, os quais, presentes à Assembleia, declararam não estarem incurso em crimes que os impeçam de exercer atividade mercantil ou em qualquer outro impedimento legal; 5.4 Autorizar a lavratura desta assembleia na forma de sumário conforme o art. 130 parágrafo primeiro, da Lei 6.404/76. **6 - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pela mesa. **7 - Assinaturas:** Presidente: Fernanda Raffaelli Marcolini, Secretária: Aline A. Barros Vergueiro de Paula, Acionistas: Lepeme Participações e Investimentos Ltda. e Vamarco Participações Administração e Empreendimentos Ltda. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2024. Confere com o original lavrado em livro próprio. Presidente: Fernanda Raffaelli Marcolini. Secretária: Aline A. Barros Vergueiro de Paula. Acionistas: Lepeme Participações e Investimentos Ltda. - Flavia Raffaelli Marcolini. Vamarco Participações Administração e Empreendimentos Ltda. - Flavia Raffaelli Marcolini. Jucerja nº 6445857, em 12/09/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

‘Se o sistema de leilões não for mudado, será impossível consertar a matriz elétrica’

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a matriz elétrica brasileira e a energia termelétrica com Xisto Vieira Filho, presidente da Abraget (Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas).

Qual a sua avaliação sobre a matriz elétrica brasileira?

A situação atual da matriz elétrica brasileira ainda não está adequada. A matriz do país deveria levar em conta três fatores, extremamente importantes para o consumidor, que chamamos de trilema: ela deve fornecer os melhores preços, com o menor impacto ambiental e com a maior confiabilidade possível.

Dentro desse contexto, nós estamos bem apenas na parte ambiental, pois 87% da nossa matriz é renovável, sendo que, em situações operativas, ela pode chegar e superar 95%. Isso já aconteceu quando havia água demais. A nível mundial, a nossa matriz somente será atingida em 2050, e mesmo assim poucos países chegarão a 90% de geração renovável, o que faz com que o Brasil esteja muito à frente. Essa não é a preocupação.

Enquanto a parte de meio ambiente está equilibrada, a confiabilidade e a parte de preços não estão. Com relação à confiabilidade, nós operamos em risco o tempo todo. Com relação aos preços, nós somos dependentes da água, do vento e do Sol. Quando falta Sol, alguém tem que entrar no seu lugar. Quando falta vento, e falta vento em proporções de intermitência elevadas, alguém tem que entrar no seu lugar. E quando falta água, alguém tem que entrar no lugar da água.

Essas intermitências, sendo que as intermitências das energias solar e eólica são diárias, e as das hidrelétricas, sazonais, tornam o sistema mais caro, já que alguém mais caro tem que substituir os combustíveis da natureza, o que faz com que o preço não esteja em uma questão otimizada.

Qual a importância da energia termelétrica dentro dessa matriz?

A energia termelétrica, juntamente com a energia hidrelétrica com reservatório, são as únicas duas fontes que dão, efetivamente, confiabilidade ao sistema interligado, ao sistema de potência. Isso porque elas são capazes de atender a curva de carga 24 horas por dia, sete dias por semana, e não são intermitentes, já que uma hidrelétrica com reservatório deve suportar isso, e as termelétricas têm combustíveis que não dependem da natureza.

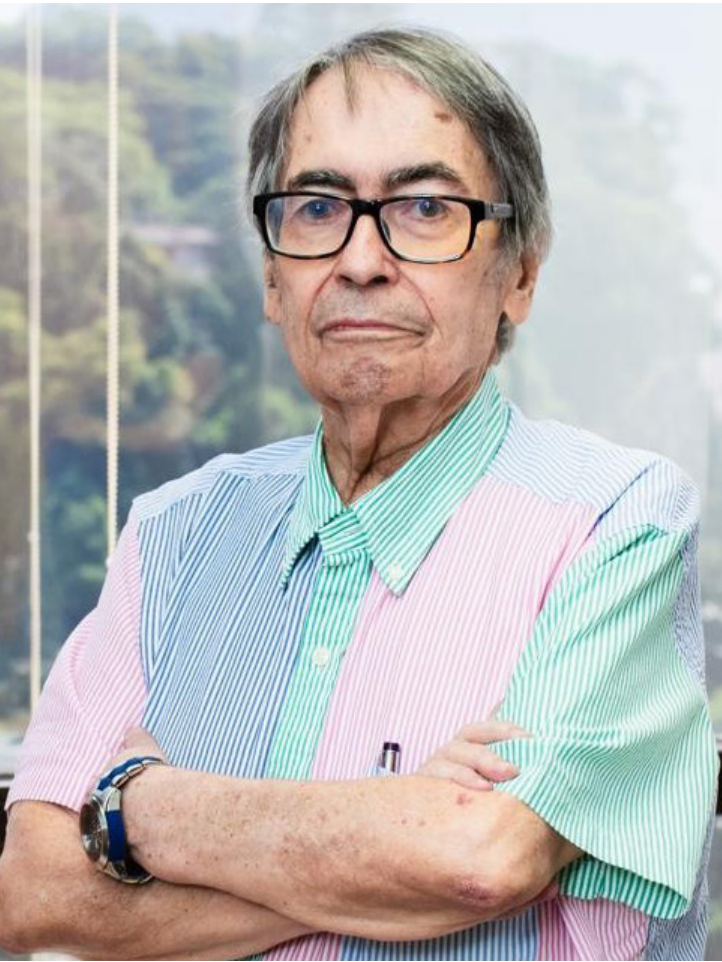
Com essas fontes, os problemas de estabilidade do sistema são atendidos por máquinas síncronas ligadas, diretamente, ao sistema. No caso das fontes IBR (Inverter-Based Resources), como solar, eólica e baterias, elas são ligadas ao sistema através de um inversor de potência, que é muito mais sensível a desligamentos do que uma máquina síncrona.

Além disso, esses inversores não têm a capacidade de fornecimento das máquinas síncronas e controles robustos de tensão e de frequência, que são as duas unidades básicas do sistema.

Basicamente, a função da termelétrica é dar confiabilidade energética e elétrica. No caso da confiabilidade energética, por exemplo, a térmica vai gerar por um longo tempo quando falta água e é preciso encher o reservatório. No caso da confiabilidade elétrica, você tem necessidade de que o sistema não fique instável, como, por exemplo, a perda de uma linha de transmissão que pode derrubá-lo. São em casos como esses que precisamos das máquinas síncronas.

Na avaliação da Abraget, há uma discussão racional, coerente e técnica relacionada ao setor elétrico?

Não, não há, e a explicação para isso é extremamente simples. Com a criação do mercado livre, houve um fluxo de demanda muito grande e acelerado do mercado regulado para o mercado livre. Antes disso, os leilões de energia eram feitos com base na previsão de energia que as distribuidoras tinham. O problema é que, hoje, nenhuma distribuidora prevê demanda, pois ela pode prever e a demanda diminuir, já que o consumidor pode fluir para o mercado livre.

Como ninguém mais faz previsão de demanda, o leilão de energia diminuiu de importância. A questão é que os grandes concorrentes do leilão de energia eram as hidrelétricas, eólicas e solares. Como os leilões de energia acabaram, todo mundo passou a querer um contrato de longo prazo para chamar de seu. Cabe destacar que, por mais que as eólicas e as solares sejam as que mais vendem no mercado livre, elas também querem contratos de longo prazo, que estão nos leilões de capacidade. O problema é que como todo mundo saiu correndo para tentar entrar no leilão de capacidade, e não se tem mais o leilão de energia, agora se quer acabar com o leilão de capacidade, o que é totalmente sem propósito.

Xisto Vieira Filho

O que está acontecendo no setor é uma questão de disputa de mercado de uma forma injusta para o sistema, pois é injusto querer forçar a barra para botar usinas não confiáveis em um leilão de confiabilidade. Pelo lado dessas usinas, como elas estão disputando mercado, se derem todo o mercado para elas e o sistema for derrubado, o problema não é delas, e sim do operador.

Essas usinas estão no seu direito, mas isso está causando uma verdadeira bagunça energética na matriz. A solução para isso é muito simples. É só acertar os leilões. É preciso fazer leilões estruturantes só para as hidrelétricas, principalmente as com reservatório. É preciso também colocar nesses leilões as usinas nucleares. Para as usinas eólicas e solares, seria preciso fazer um leilão específico para melhorar, vamos dizer assim, a capacidade de auxílio ao clima, que não é tanto assim quanto se diz. E, finalmente, mas não menos importante, fazer um leilão de baterias. Isso seria para a finalidade das baterias, pois a confiabilidade com baterias é apenas para sistemas muito pequenos, os chamados minissistemas.

É preciso fazer os leilões certos, pois há espaço para todo mundo na matriz, mas com cada um dentro dos seus atributos. O que não se pode fazer é botar uma usina intermitente para disputar um leilão de confiabilidade. Outro ponto é que não se pode botar uma termelétrica para disputar um leilão de energia, já que a sua energia é eventual. Uma termelétrica só é de base quando se tem um problema energético, pois elas só entram em situações de emergência ou para evitar emergências.

Se o sistema de leilões não for mudado, será impossível consertar a matriz.

Quais são as principais vantagens e desvantagens da energia termelétrica?

A principal vantagem é a confiabilidade. Como disse, a térmica é uma máquina síncrona à disposição do sistema. Em termos de confiabilidade, isso é imbatível. Até hoje, inclusive a nível mundial, não se conseguiu um substituto para uma máquina síncrona em termos de confiabilidade. Há uma tentativa com baterias tipo GFM, a nível experimental, em países como Estados Unidos, China, Inglaterra e Austrália. Esse experimento vai gerar bons frutos, mas para a confiabilidade de um sistema de potência, ele não vai resolver. Seria mais fácil esverdear uma máquina síncrona do que procurar um inversor de eletrônica de potência que a simulasse.

A desvantagem é a emissão de CO2. Contudo, nós temos associados que estão prontos para colocar novas térmicas com CCUS (Carbon Capture, Utilisation and Storage), ou seja, com captura de carbono. Com isso, nós vamos ter uma térmica 70%, 80% verde, o que resolve a questão. É só fazer um leilão de energia nova que colocamos novas térmicas com CCUS. Além disso, no futuro nós teremos as térmicas com hidrogênio renovável.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/se-o-sistema-de-leiloes-nao-for-mudado-sera-impossivel-consertar-a-matriz-eletrica

Triunfo Distribuidora de Combustíveis S.A.
CNPJ em constituição
Resumo da Ata de Assembleia Geral de Constituição

A Assembleia Geral de Constituição da **Triunfo Distribuidora de Combustíveis S.A.** ocorreu no dia 13 de novembro de 2023, às 14:00, na sede social, localizada na Avenida Vital Brasil, nº 305, Conjunto 709, Bloco 01, Butantã, São Paulo/SP. A presença dos subscritores do capital social foi registrada, dispensando-se a convocação formal. Na reunião, foi aprovada a constituição da sociedade anônima, com capital social inicial de R$ 4.639.000,00, dividido em 4.639.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizadas em moeda nacional. O estatuto social foi aprovado, estabelecendo as regras de administração e operação da empresa, incluindo a emissão de ações e debêntures. A eleição da Diretoria também ocorreu, com Antonio Prieto Martínez nomeado Diretor-Presidente, Maria Rosa Patriani Prieto como Vice-Presidente e Anderson Patriani Prieto como Diretor Administrativo, todos com mandato de três anos. Além disso, foi fixada a remuneração anual global da Diretoria em até R$ 6.500,00. A Assembleia também aprovou a lavratura da ata na forma sumária, conforme previsto na Lei 6.404/76. Com todas as formalidades legais cumpridas, a **Triunfo Distribuidora de Combustíveis S.A.** foi oficialmente constituída, estando autorizada a iniciar suas operações. O estatuto também prevê as condições de dissolução, confidencialidade, resolução de conflitos e os direitos dos acionistas. A Assembleia foi encerrada após aprovação unânime dos subscritores presentes. A ata foi lavrada e assinada, conferindo-se com o original. **JUCESP/NIRE** nº 3530064308-9 em 25/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Mercado de capitais: captação recorde de janeiro a agosto

Ofertas somam R$ 484,2 bilhões, já supera todo o volume de 2023

As empresas captaram R$ 484,2 bilhões no mercado de capitais no acumulado dos oito primeiros meses do ano, valor traduzido como recorde para o período na série histórica iniciada em 2012, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

O montante já supera o contabilizado em todo o ano de 2023 (R$ 467,3 bilhões), destacou a Anbima. Considerando apenas agosto, as ofertas chegaram a R$ 47,3 bilhões, volume 30,7% superior ao registrado no mesmo mês do ano passado.

"As condições favoráveis do mercado de capitais, a liquidez no mercado secundário e a evolução contínua da regulação têm permitido os sucessivos recordes neste ano, mesmo com potenciais volatilidades à frente", afirma Guilherme Maranhão, presidente do Fórum de Estruturação de Mercado de Capitais da Anbima. "Vale ressaltar o impacto na economia real e o potencial que os instrumentos de dívida corporativa têm para contribuir ainda mais para o desenvolvimento do país", completa.

As emissões de debêntures totalizaram R$ 27,1 bilhões em agosto, com crescimento de 38,9% em relação ao mesmo período de 2023. O resultado elevou o acumulado do ano a R$ 283,9 bilhões, estabelecendo um novo recorde para o período. Na análise da destinação dos recursos em 2024, investimento em infraestrutura (27,6%) e gestão ordinária (25,2%) ficaram com as maiores fatias. Os principais subscritores nesse intervalo foram os intermediários e demais participantes ligados à oferta (47,2%) e os fundos de investimento (44,9%). O prazo médio dos papéis chegou a 8 anos.

As notas comerciais também voltaram a se destacar, registrando o melhor resultado para o mês de agosto na série histórica, com R$ 7,1 bilhões em emissões. No acumulado de 2024, as empresas captaram R$ 31,4 bilhões com esse instrumento, montante que supera o contabilizado em todo o ano de 2023.

Entre os produtos de securitização, os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) somaram R$ 4,5 bilhões em agosto, quase triplicando (187,9%) o volume registrado no mesmo período do ano passado. Nos oito primeiros meses de 2024, o valor chega a R$ 43,3 bilhões, superando todo o ano de 2023.

Já os CRAs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio) atingiram R$ 1,6 bilhão no mês, com ligeira queda de 4,5% em relação a igual intervalo em 2023. No acumulado do ano, são R$ 27,0 bilhões. Os CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) totalizaram R$ 4,2 bilhões em agosto e tiveram redução de 42,4% na comparação com o mesmo mês de 2023. Por outro lado, a captação acumulada nos oito primeiros meses do ano, de R$ 39,0 bilhões, foi a maior já registrada nesse período.

As ofertas de FIIs (Fundos de Investimento Imobiliário) somaram R$ 2,6 bilhões em agosto, com uma redução de 23,5% em relação ao mesmo intervalo no ano passado. Já no acumulado dos oito primeiros meses de 2024, o volume chegou a R$ 34,7 bilhões, patamar 14,8% superior ao contabilizado em todo o ano de 2023.

Petrobras leva a melhor em arbitragem na B3

A Petrobras informou que foi proferida sentença arbitral final favorável, em uma das arbitragens que tramitam perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), da B3. Esta arbitragem foi iniciada por uma associação e pretendia ser coletiva, ao tentar englobar todos os acionistas da Petrobras que adquiriram ações na B3 entre 22 de janeiro de 2010 e 28 de julho de 2015. A nota foi divulgada nesta quinta-feira (12).A arbitragem é um modelo de resolução de conflitos semelhante a um processo judicial.

A sentença extinguiu o processo arbitral, por entender que, em razão da Lei no 7.913/89, uma associação não tem legitimidade para atuar como substituta de acionistas. Esta arbitragem é confidencial, assim como as demais em curso. A Petrobras reitera que continuará a se defender vigorosamente, em respeito a seus acionistas, em todas as arbitragens de que eventualmente venha a figurar como parte.

A Câmara do Mercado oferece um foro especializado para a solução de questões relativas ao direito empresarial, sobretudo relacionadas ao mercado de capitais e o direito societário. A Câmara atua na administração de procedimentos arbitrais originários de conflitos surgidos no âmbito das companhias comprometidas com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa e transparência, cujas ações são listadas na B3, bem como em outros litígios entre pessoas físicas e jurídicas, desde que sejam referentes a direito empresarial.

Proteção em cenários de risco de queimadas

Durante o período de clima seco, a probabilidade de queimadas aumenta, trazendo riscos e danos para lares e empresas no país. Até 1º de setembro, cerca de 5.600 focos de incêndio foram registrados no Estado de São Paulo, o maior número já registrado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Diante deste cenário, os seguros desempenham um papel vital na proteção do patrimônio e na mitigação de possíveis riscos causados pelas queimadas. Contando com a cobertura para incêndios (desde os planos mais básicos) dos seus seguros Residencial e Empresarial, a BB Seguros ressalta que os segurados podem contar com essa proteção a todo o momento.

"Nosso compromisso é assegurar tranquilidade e proteção para nossos clientes em momentos de risco como este. Os seguros Residencial e Empresarial, oferecidos pela BB Seguros, proporcionam cobertura em casos de incêndio, inclusive aqueles os decorrentes de queimadas", afirma Emerson Nagata, superintendente executivo de Negócios e Soluções em Danos da Brasilseg, uma empresa BB Seguros.

A cobertura contra incêndio garante os danos materiais causados ao imóvel decorrentes de incêndio, queda de raio ou fumaça, bem como a indenização por perdas decorrentes de incêndios ou explosões provocados por queimadas causadas por fenômenos naturais. A contratação do seguro também pode ajudar na prevenção de possíveis incêndios.

CVM: atuação irregular de Start Copy Trading

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) alerta ao mercado de capitais e ao público em geral sobre a atuação da empresa Start Copy Trading. A empresa, que não possui autorização da autarquia para exercer a atividade de analista de valores mobiliários, promete lucro em Forex (mercado de câmbio) e mercados financeiros. "Traders novatos com pequenos investimentos podem igualar ganhos profissionais", destaca texto postado pela empresa.

De acordo com a Superintendência de Relações com Investidores Institucionais (SIN), foram identificados indícios de que a empresa, que se apresenta como responsável pela página www.startcopytrading.com.br, atua como analista de valores mobiliários.

Por meio do Deliberação CVM 895, a autarquia determinou à empresa a imediata suspensão da veiculação no Brasil de qualquer oferta de serviços de análise de valores mobiliários.

Caso a determinação da CVM não seja adotada, a empresa e pessoas que venham a ser identificadas como participantes dos atos irregulares estarão sujeitos à multa cominatória diária no valor de R$ 50.000,00, sem prejuízo da responsabilidade pelas infrações já cometidas antes da publicação da Deliberação, com a imposição da penalidade cabível, nos termos do art. 11 da Lei 6.385, após o regular Processo Administrativo Sancionador.

A CVM alerta que o investidor que receber proposta de investimento por parte da empresa, entre em contato com a autarquia por meio do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), preferencialmente fornecendo detalhes da oferta e a identificação das pessoas envolvidas.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA QUADRAGÉSIMA NONA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à IRACEMA CARVÃO NUNES, RUDÁ CARVÃO NUNES, MARIA TEREZA TOMÁS NUNES, JANARY CARVÃO NUNES, GUAIRACÁ CARVÃO NUNES e à MARIANGELA FIGUEIREDO NUNES, com o prazo de 10 (dez) dias, extraído dos autos da Ação de Alienação Judicial (Processo nº 0338998-63.2017.8.19.0001) proposta IRACEMA CARVÃO NUNES em face de RUDÁ CARVÃO NUNES, MARIA TEREZA TOMÁS NUNES, JANARY CARVÃO NUNES, GUAIRACÁ CARVÃO NUNES e MARIANGELA FIGUEIREDO NUNES, na forma abaixo: A DRA. NATASCHA MACULAN ADUM DAZZI, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **30.09.2024 e 03.10.2024, às 13hs:00min,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública **FABÍOLA PORTO PORTELLA,** inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apregoado e vendido o Apartamento 101, do edifício situado na Avenida Rainha Elizabeth, nº 685, Ipanema, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA
PRIMEIRA VARA CÍVEL REGIONAL DA BARRA DA TIJUCA

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à ARTESP PRODUÇÃO E PROMOÇÕES DE EVENTOS ARTÍSTICOS E ESPORTIVOS LTDA, na pessoa de seu representante legal, à CYRELA BRAZIL REALTY RJZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, na pessoa de seu representante legal, à MV2022 ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, na pessoa de seu representante legal, à VIVIANE DE AZEVEDO DA SILVA e à MAURÍCIO SARDINHA MENESES DOS REIS, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação Sumária (Processo nº 0005988-64.2014.8.19.0209) proposta por CONDOMÍNIO DO GRUPAMENTO CEO CORPORATE EXECUTIVE OFFICES contra ARTESP PRODUÇÃO E PROMOÇÕES DE EVENTOS ARTÍSTICOS E ESPORTIVOS LTDA, na forma abaixo: O DR. DIEGO ISAAC NIGRI, Juiz de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **19.09.2024** e **24.09.2024, às 13hs:10min,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pelo Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA,** inscrito na JUCERJA sob o nº 055, serão apregoadas e vendidas, o "Direito e Ação" as Salas 1509, 1510, 1511 e 1512 do Bloco 03, situadas na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliações: 1509, 1510 e 1511: R$ 350.820,00 (trezentos e cinquenta mil, oitocentos e vinte reais) (cada); e, 1512: R$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA
QUADRAGÉSIMA SÉTIMA VARA CÍVEL

EDITAL DE 1º., 2º. LEILÃO ONLINE e INTIMAÇÃO à ALINE DOS SANTOS RIBEIRO MOREIRA e ao Condômino CESAR FRANCISCO MOREIRA, com o prazo de 05 (cinco) dias, extraído dos autos da Ação de Execução (Processo nº 0162060-24.2014.8.19.0001) proposta por LINDINALVA DE SOUZA ROCHA contra ALINE DOS SANTOS RIBEIRO MOREIRA, na forma abaixo: A DRA. FLAVIA JUSTUS, Juíza de Direito da Vara acima, Faz Saber por este edital aos interessados, que nos dias **23.09.2024 e 01.10.2024, às 13hs:30min,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, pela Leiloeira Pública **FABÍOLA PORTO PORTELLA,** inscrita na JUCERJA sob o nº 127, será apregoado e vendido o Apartamento 1004, do edifício situado na Rua Queiros Júnior, nº 95, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ.- Avaliação: R$ 595.632,54 (quinhentos e noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).- O edital na íntegra está afixado no Átrio do Fórum, nos autos acima, no site www.portellaleiloes.com.br e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br.

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL DO RIO DE JANEIRO

EDITAL de 1º e 2º Leilão Presencial e Eletrônico e Intimação, extraídos dos autos da Ação de DANO MORAL OUTROS, movida por JOSIMARA VILELA LIMA em face de SM & PROFESSORES ASSOCIADOS LTDA – EPP e SYLVIO CLEMENTE DA MOTTA FILHO, processo nº 0096410-30.2014.8.19-0001, na forma abaixo: O Dr. VICTOR AUGUSTIN CUNHA JACCOUD DIZ TORRES, Juiz da Vara acima, FAZ SABER por este Edital com prazo de 5 dias, a todos os interessados especialmente a SM & PROFESSORES ASSOCIADOS LTDA – EPP e SYLVIO CLEMENTE DA MOTTA FILHO, que em **24/09/2024, às 11:00 hs,** no Fórum do Rio de Janeiro, sito à Av. Erasmo Braga nº 115 – 5º Andar – hall dos elevadores da Lâmina Central – Centro – RJ e simultaneamente no site do leiloeiro, www.marioricart.lel.br, o Leiloeiro MARIO MILTON B. RICART, venderá de forma eletrônica (on line) conforme art. 879 inciso II do CPC, não havendo licitantes no dia **25/09/2024**, no mesmo local e hora, a quem mais oferecer acima de 60% da avaliação, na forma do art. 891 § único do NCPC, o imóvel registrado no 1º RGI, matrícula nº 36469, Rua Francisco Neiva – 88 – Fundos – Maria da Graça - RJ, avaliado as fls. 409/410 em 13/09/2023, por R$ 100.000,00. Condições Gerais da Alienação: constam no Edital na íntegra, no site do leiloeiro e nos autos. Pagamentos: à vista conf. art. 892 do CPC, 5% ao leiloeiro e custas de 1%, ocorrendo arrematação, adjudicação ou remição. O interessado em adquirir o bem em prestações, deverá apresentar ao Juízo, por escrito, até o início do primeiro ou do segundo leilão, proposta de aquisição do bem, na forma do Artigo 895 do CPC. Caso a proposta para venda parcelada venha ocorrer após a realização dos leilões, será devida a comissão de 5% ao Leiloeiro. Para conhecimento de todos foi expedido este, outro na integra estará afixado no local de costume e na sede do juízo e nos autos, ficando o executado ciente da Hasta Pública, se este não for encontrado pelo Sr. Oficial de Justiça, suprindo assim a exigência contida no Art. 889 inciso I do NCPC. Dado e passado nesta cidade, em 12/09/2024. Eu, Marceli da Silva Argento, Chefe de Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (ass) Dr. VICTOR AUGUSTIN CUNHA JACCOUD DIZ TORRES, Juiz de Direito.

CIA CARIOCA DE FOMENTO
CNPJ n° 27.886.787/0001-97 - NIRE n° 3330000934-5
Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 19 de agosto de 2024.

1 - Data, Hora e Local: No dia 19 do mês de agosto de 2024, às 14:00 horas, em atenção a convocação feita por correspondência, reuniram-se na sede da companhia, na Av. Ayrton Senna, 2.150, Bloco F, sala 204 - Parte, na cidade do Rio de Janeiro, os acionistas que representam a totalidade do capita! social com direito ao voto e a diretoria, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre os assuntos constantes da ordem do dia. **2 - Convocação:** a) Apreciar e aprovar a prestação de contas e demonstrações financeiras do exercício de 2023; b) Ratificar todos os atos praticados pelos diretores da Companhia; c) Eleição da Diretoria; d) Assuntos Gerais. **3 - Presença:** Lepeme Participações e Investimentos Ltda. CNPJ nº 32.246.183/0001-16, neste ato representada pela sócia Flavia Raffaeili Marcolini, brasileira, casada, administradora de empresas, carteira de identidade do IFP/RJ 09.198.166-2, CPF 837.711.237-04, com endereço profissional na Av. Ayrton Senna, nº 2150, Bloco K - cobertura, nesta cidade e Vamarco Participações Administração e Empreendimentos Ltda. CNPJ nº 30.037.808/0001-04, representada por sua sócia Flavia Raffielii Marcolini, brasileira, casada, administradora de empresas, carteira de identidade do IFP/RJ 09.198.166-2, CPF 837.711.237-04, com endereço profissional na Av. Aírton Senna, n°. 2150, Bloco K - cobertura, nesta cidade. **4 - Mesa:** presidente Fernanda Raffaeili Marcolini, CPF 837.711.407-06 e secretária Aline A. Barros Vergueiro de Paula, CPF 042.539.157-44; **5 - Deliberações Tomadas:** Por unanimidade das acionistas da Companhia, foram tomadas as seguintes deliberações: 5.1. Aprovar as contas e as demonstrações financeiras do exercício 2023, de conhecimento de todos os presentes, publicadas nas edições de 3, 4 e 5 de agosto de 2024 do Jornal Monitor Mercantil versão digital certificada e impressa; 5.2. Ratificar todos os atos praticados pelos diretores da Companhia até a presente data: e 5.3. Eleger, como Diretores da Companhia, Fiavia Raffaeili Marcolini, acima qualificada, e Cláudia Maria da Costa Lamberti, brasileira, casada, contadora, carteira de identidade do IFP 06.363.944-7, CPF 751.573.227-04, com endereço profissional na Av. Ayrton Senna n° 2.150, Bloco F - sala 204-parte, nesta cidade, com mandato de um ano ou até a próxima Assembleia Geral Ordinária, cabendo a cada uma, honorários mensais de R$3.000,00 (três mil reais), que poderão ser corrigidos pelo índice do IGP/DI, os quais, presentes à Assembleia, declararam não estarem incurso em crimes que os impeçam de exercer atividade mercantil ou em qualquer outro impedimento legal; 5.4 Autorizar a lavratura desta assembleia na forma de sumário conforme o art. 130 parágrafo primeiro, da Lei 6.404/76. **6 - Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada pela mesa. **7 - Assinaturas:** Presidente: Fernanda Raffaeili Marcolini e Secretária: Aline A. Barros Vergueiro de Paula. Acionistas: Lepeme Participações e Investimentos Ltda. e Vamarco Participações Administração e Empreendimentos Ltda. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 2024. Confere com o original lavrado em livro próprio. Presidente: Fernanda Raffaeili Marcolini. Secretária: Aline A. Barros Vergueiro de Paula. Acionistas: Lepeme Participações e Investimentos Ltda. - Flavia Raffaeili Marcolini. Vamarco Participações Administração e Empreendimentos Ltda. - Flavia Raffaeili Marcolini. Jucerja nº 6445780, em 12/09/2024. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.